



PREFEITURA DO  
**NATAL**  
A NOSSA CIDADE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
(CGM)



**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**NATAL 2013**

**PREZADO CIDADÃO,**

**A Controladoria Geral do Município de Natal (CGM – Natal/RN), órgão de controle interno da Prefeitura, preparou esta peça para que você veja, de forma simples e objetiva, como foi arrecadado e investido o dinheiro do contribuinte.**

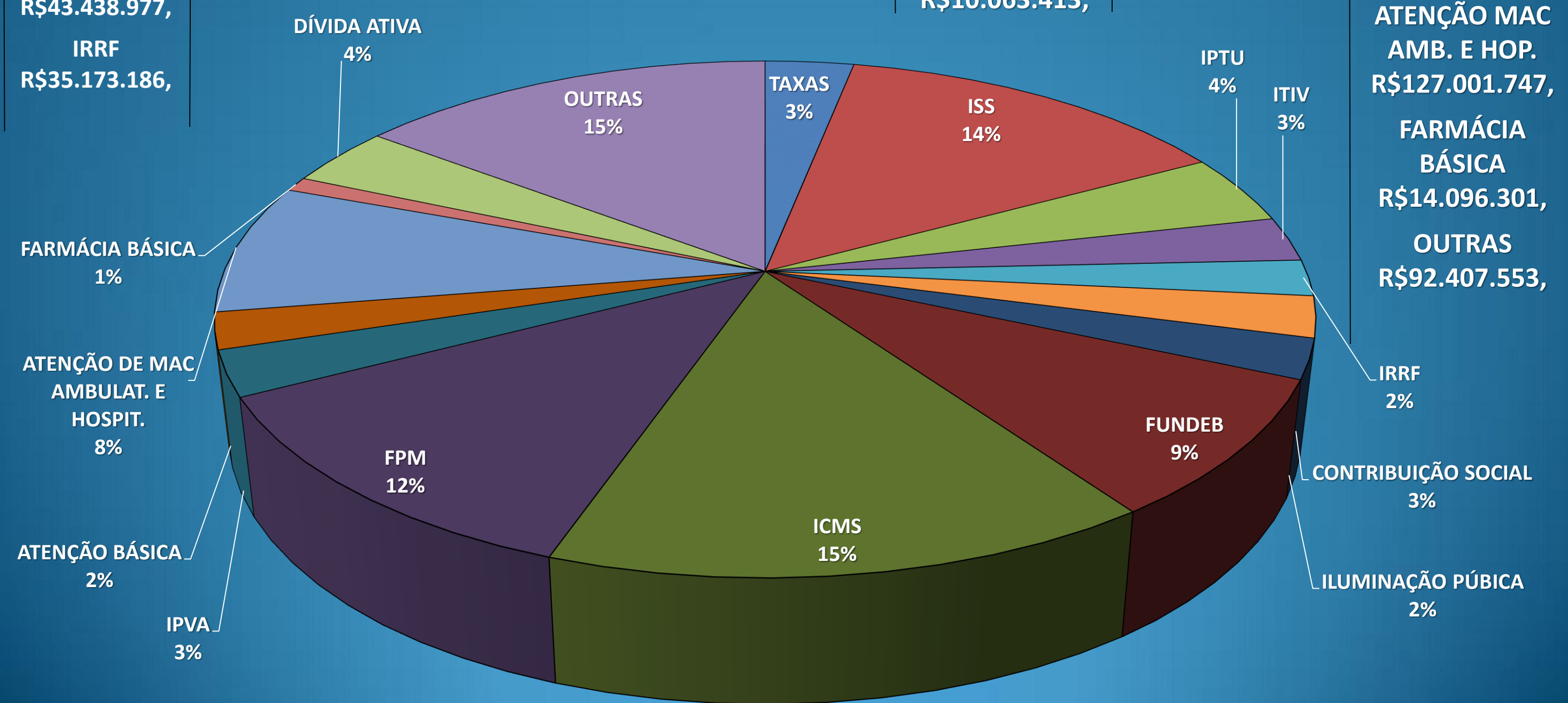
**Esta é apenas uma versão resumida, mas qualquer cidadão poderá ter acesso a todos os detalhes relacionados às receitas, despesas, disponibilidades de caixa e contas a pagar da Prefeitura, de forma clara e transparente, através do Portal da Transparência ([hp://www.natal.rn.gov.br/transparencia/](http://www.natal.rn.gov.br/transparencia/)). O conteúdo do site pode ser acessado e impresso para distribuição a qualquer pessoa interessada, sem que seja necessária prévia autorização.**

**Nesta peça você encontra também um glossário esclarecendo os principais termos técnicos utilizados.**

# DE ONDE VEM O DINHEIRO?

TOTAL DE RECEITAS  
R\$ 1.553.907.542,28

TRIBUTÁRIA R\$ 412.340.383,	CONTRIBUIÇÕES R\$ 78.536.565,	PATRIMONIAIS R\$ 29.406.835,	RECEITAS INTRA R\$69.417.399,	OUTRAS RECEITAS CORRENTES R\$95.370.037,	RECEITAS DE CAPITAL E DE SERVIÇOS R\$92.284,	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES R\$868.744.037,
<b>TAXAS</b> R\$48.320.265, <b>IMPOSTOS</b> R\$364.020.117, ISS R\$217.149.306, IPTU R\$68.258.646, ITIV R\$43.438.977, IRRF R\$35.173.186,	<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> R\$39.983.686, <b>CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS</b> R\$235, <b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b> R\$38.552.643,	<b>VALORES MOBILIÁRIOS</b> R\$17.409.060, <b>CONCESSÕES E PERMISSÕES</b> R\$6.882.512, <b>RECEITAS IMOBILIÁRIAS</b> R\$5.115.262,	<b>CONTR. PART. DE SERV. ATIVO FUNCAPRE</b> R\$25.786.813, <b>CONT. PATR. SERV. ATIVO FUNFIPRE</b> R\$43.630.586,	<b>MULTAS E JUROS DE MORA</b> R\$24.888.000, <b>DÍVIDA ATIVA</b> R\$58.334.230, <b>INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b> R\$2.084.392, <b>OUTRAS</b> R\$10.063.413,	<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b> R\$180, <b>RECEITAS DE SERVIÇO</b> R\$92.104,	<b>FUNDEB</b> R\$134.216.831, <b>ICMS</b> R\$234.782.308, <b>FPM</b> R\$186.788.798, <b>IPVA</b> R\$43.951.289, <b>ATENÇÃO BÁSICA</b> R\$35.499.205, <b>ATENÇÃO MAC AMB. E HOP.</b> R\$127.001.747, <b>FARMÁCIA BÁSICA</b> R\$14.096.301, <b>OUTRAS</b> R\$92.407.553,



# PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS  
R\$ 1.415.686.420,69

PESSOAL E ENCARGOS  
R\$ 805.774.676,

INVESTIMENTOS  
R\$ 102.820.145,

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  
R\$ 9.504.984,

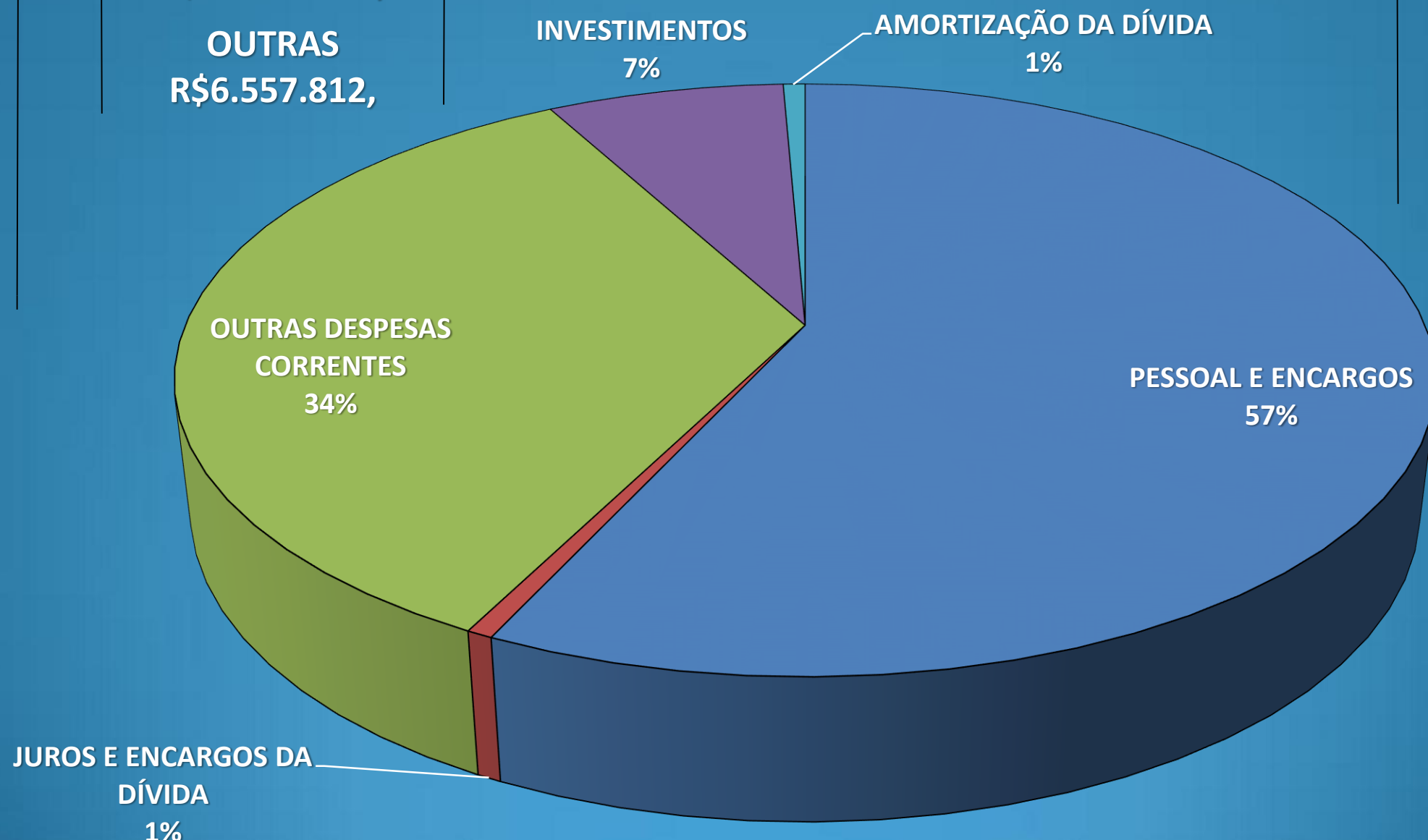
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
R\$ 8.136.539,

OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
R\$ 489.450.075,

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS  
R\$ 531.166.460,  
APOSENTAD. E REFORMAS  
R\$99.977.932,  
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
R\$16.065.203,  
OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
R\$89.986.611,  
OUTRAS  
R\$68.578.468,

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
R\$21.883.644,  
OBRAS E INSTALAÇÕES  
R\$60.859.522,  
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
R\$13.519.166,  
OUTRAS  
R\$6.557.812,

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
R\$293.432.284,  
MATERIAL DE CONSUMO  
R\$36.318.689,  
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA  
R\$21.144.881,  
OUTRAS  
R\$138.554.220,



# PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS  
R\$ 1.415.686.420,69

SMS  
R\$ 417.671.519,

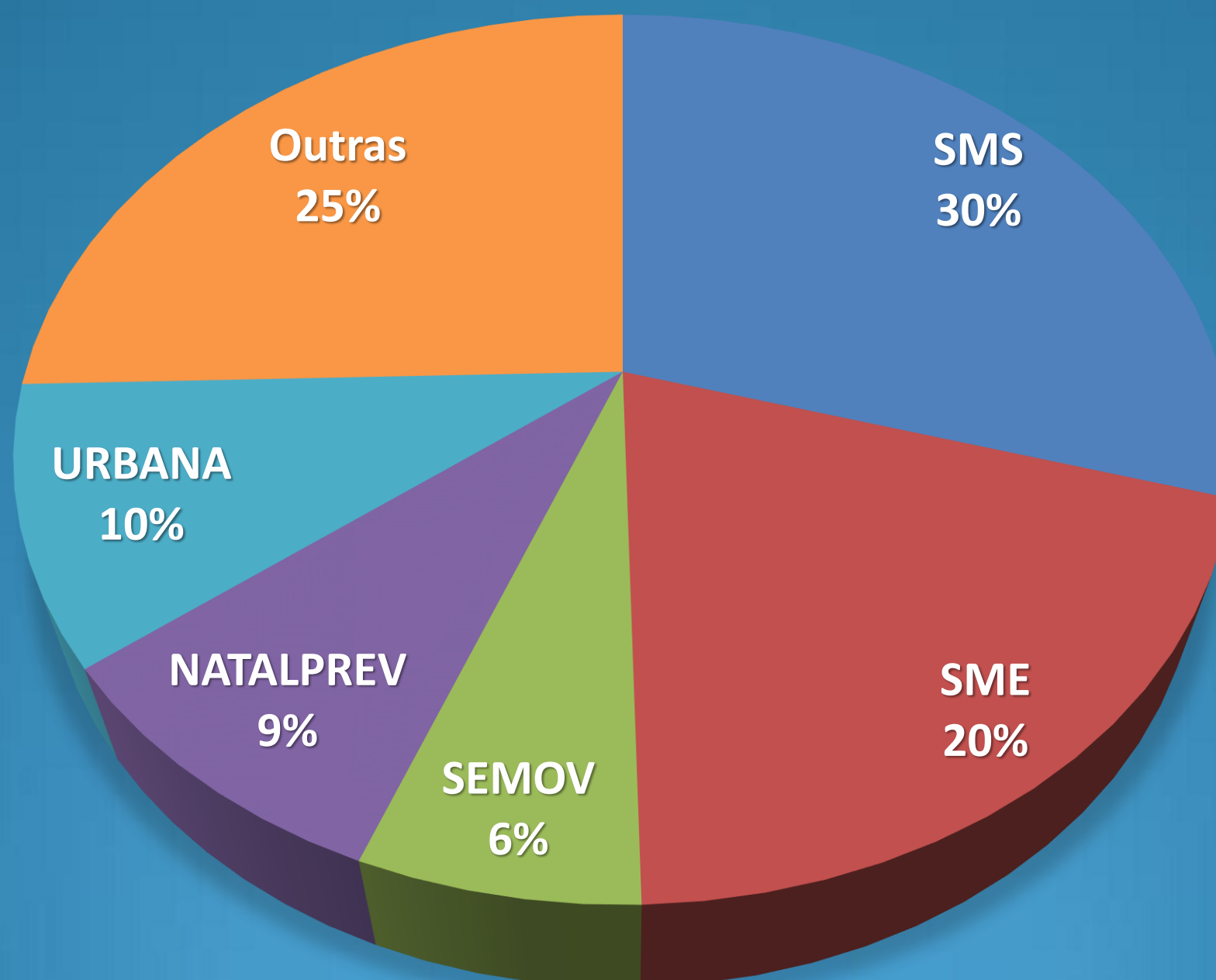
SME  
R\$ 284.447.502,

SEMOV  
R\$ 88.768.460,

NATALPREV  
R\$ 122.705.670,

URBANA  
R\$ 141.742.931,

OUTROS  
R\$ 360.350.336,



# Atendimento à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal

A Constituição Federal traça limites mínimos de utilização de recursos com o intuito de garantir que áreas básicas tenham suas necessidades atendidas. Os limites foram respeitados pela Prefeitura do Natal conforme demonstrado no quadro seguinte

Quadro 1 – Atendimento aos limites mínimos constitucionais em saúde e educação.

	Percentual Mínimo	Percentual Aplicado
Saúde	15%	23,83%
Educação	25%	25,41%

A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula limites máximos para Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito. Para realizar o cálculo, utiliza-se como referência a Receita Corrente Líquida do Município, que atingiu o montante de R\$ 1.444.492.293,12.

Quadro 2 – Atendimento aos limites máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

	Percentual Máximo	Percentual Calculado
Gastos com Pessoal	54%	48,71%
Dívida Consolidada	120%	12,85%
Operações de Crédito	16%	0,00%

# GLOSSÁRIO

## RECEITAS

São todos os recursos financeiros arrecadados pelo município, como, por exemplo:

### CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Recursos retidos dos funcionários do município e contribuição patronal para aposentadoria e pensão.

### ICMS

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços que é repassado pelo Estado.

### IPTU

Imposto predial e territorial urbano pago anualmente pelos proprietários de imóveis.

### IPVA

Imposto sobre a propriedade de veículos automotores pago anualmente por seus proprietários e repassado pelo Estado.

### RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

### FUNDEB

Parcela de impostos da União, Estado e Município destinados exclusivamente à educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação especial.

### IRRF

Imposto de renda retido na fonte dos trabalhadores e empresas que prestam serviços ao Município.

### ISS

Impostos sobre serviços de qualquer natureza pago sempre que os serviços são prestados.

### ITIV

Imposto sobre transmissão de bens móveis ou direitos reais a ele relativos.

### RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Recursos transferidos por terceiros (ex. União, estados) por exigência legal.

### FPM

É uma transferência constitucional da União ao Município determinado principalmente em função do número de habitantes.

### TAXAS

Valores cobrados por serviços públicos tais como: limpeza pública e licenças para obras ou estabelecimentos (alvará).

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Financiamentos ou empréstimos.

### RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

### RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Receitas cuja origem do recurso é proveniente da própria Prefeitura.

## DESPESAS

Utilizaram-se as despesas liquidadas por se configuraram em despesas cujo direito do credor em receber o pagamento do poder público foi reconhecido.

### PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Salários e benefícios para funcionários.

### OBRAS E INSTALAÇÕES

Gastos com projetos e execuções de obras públicas..

### OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas com a manutenção e funcionamento da máquina administrativa do município.

### JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Pagamento do principal da dívida pública.